

SETORIAL

Tese para o Setorial de Direitos Humanos do PT ES

Conjuntura Internacional 2021

O que temos pela frente?

A direita cresce no mundo – Polônia, Hungria, Grécia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Equador;

Na Alemanha, França, Holanda e EUA a direita disputou com a extrema direita;

Na Argentina e Peru a Esquerda ganhou e no Uruguai a esquerda perdeu;

Momento de grande tensão brasileira e mundial: O que está acontecendo?

Hegemonia Política, Econômica, Ideológica, Cultural e Bélica Norte Americana coadjuvado pelo G 7 está ameaçada;

Crise econômica de 2008 a Bolha Imobiliária abalou profundamente as grandes economias, e por consequência as nações em desenvolvimento;

10 trilhões de dólares das nações injetados nos Bancos e corporações;

65 milhões de desempregados na Europa;

A Criação dos BRICS, a Implosão da ALCA, e a criação do Merco Sul é uma ameaça ao poderio econômico do G7;

Criação do Banco do BRICS é uma ameaça ao FMI e ao Banco Mundial, pois os países em desenvolvimento podem não ficar mais reféns deles e do G7;

Capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e subscrito de US\$ 50 bilhões,

A economia da China superará a dos EUA até 2030

A economia da China e da Índia juntas superará a do G 7 até 2030

Conspiração contra BRICS e governos progressistas está em curso

É só perceber o enfrentamento aos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru, Rússia, Uruguai e Venezuela

O que vai pelo Brasil

A PARTIR DOS GONVERNOS LULA E DILMA O BRASIL SAIU DO 13ª ECONOMIA PARA A 7ª EM 12 ANOS;

SAIU DE UM PIB EM 2002 DE 1,320 TRILHÕES PARA 5,904 TRILHÕES EM 2015;

A CONSTRUÇÃO DO BRICS E DO BANCO BRICS FOI O GATILHO QUE FALTAVA PARA VOLTAR COM A ALCA;

O TEMER COMEÇOU O DESMONTE COM A REFORMA TRABALHISTA;

O PSDB E A DIREITA BRASILEIRA APOSTARAM NO GOLPE E CONSEGUIRAM ELEGER ATRAVÉS DAS FAKE NEWS O BOLSONARO UM FASCISTA E LOUCO, MAS VÃO USA-LO ATÉ QUANO DER, DEPOIS PODEM DESCARTAR;

Descoberta do Pré Sal e a alteração do modelo de Concessão para Partilha;

A redução da Taxa SELIC desagradou aos rentistas nacionais e internacionais, pois ela ficou abaixo de 10% por 19 meses entre 03/2012 e 10/2013;

Quarta derrota eleitoral consecutiva e receio de LULA 2018 motivou o golpe do Moro contra o Lula e o PT, que foi patrocinada pelo Instituto Milenium (PIG) e apoiado pelo judiciário, e coadjuvados pelos partidos de direita, igrejas conservadoras e classe média alta que se acha rica;

Parcelas substantivas dos poderes legislativo e judiciário extremamente conservadores;

Os partidos da base aliada com um pé dentro e outro fora pois exigiam mais espaço do que o governo poderia oferecer, e uma parcela dela era alinhada com a oposição;

Modelo republicano brasileiro de presidencialismo de coalizão complexifica qualquer gestão;

Derrota para Eduardo Cunha para presidência da Câmara e eleição de Renan Calheiros para o Senado;

O efeito Marina nas eleições e o segundo turno apertado contra Aécio Neves;

Congresso eleito muito mais conservador que o anterior, principalmente a bancada BBB Bíblia, Boi e Bala;

A questão do impeachment foi uma encruzilhada perigosa, pois quem assumiu foi o Michel Temer que fez tudo que a cartilha neoliberal mandou;

Por que o poder econômico transnacional escolheu o Brasil entre os Brics para enfrentar?

Dentre estes países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brasil é a segunda maior economia, e o Brasil é o que apresenta no momento a maior fragilidade, pois aqui a direita tem grande respaldo no judiciário e ampliou muito sua base no congresso nacional;

De certa forma quase todos os partidos tinham interesse em quebrar essa hegemonia eleitoral do PT, inclusive os da base do governo, pois para eles 16 anos já era demais;

O Brasil é o que mais tinha investido em infraestrutura, portanto, com chances muito grande de crescimento acelerado em pouco tempo.

A criação do Merco Sul garantiu mercado para exportação, além do seu próprio;

A queda do preço do petróleo em 50% foi uma grande oportunidade para a tentativa de fragilizar a Petrobras;

A operação lava jato foi a oportunidade para impedir o crescimento das grandes empresas brasileiras, que a partir do governo Lula ampliaram a concorrência com as grandes corporações deles ao redor do mundo;

Aqui o PIG conseguiu criminalizar o PT, mesmo sem provas, e a classe média, que em tese, sempre deu respaldo ao PT se colocou fortemente contra ele

Direitos Humanos é será cada vez mais abrangente. Para ter direitos humanos, basta ser.

Nosso partido tem muito acúmulo, tem a maior militância com experiência em todas as frentes

Promover, defender proteger, reparar e prevenir os direitos humanos é uma missão que deve ser assumida por cada filiado e filiada nas suas diversas atividades bem como nos seus comportamentos e atitudes.

Fazer com que todas as secretarias e todas as instâncias partidárias e mandatos assumam os direitos humanos como sua bandeira, assim os direitos humanos devem fazer parte do seu cotidiano, seja sindical, cultural, ambiental religioso e nas comunidades.

O Brasil é signatário de praticamente todos os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, somos um país que tem um Programa Nacional de Direitos Humanos e um Plano Nacional de Educação de Direitos Humanos, e o ES é o único estado Brasileiro que tem seu Programa Estadual de Direitos Humanos e um Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, construídos democraticamente e coletivamente, além de ter inúmeros conselhos de direitos estaduais e municipais onde o poder público e a sociedade civil, são representados. Muito já foi feito e muito está por fazer. No MP, na DP, no TJ, na ALES, na OAB e na sociedade civil são inúmeras as ONGs que podem ser articulados em defesa dos direitos humanos, da população.

Os direitos Humanos são construções permanentes, não se dados de uma vez nem de uma por toda.

O ES tem tradição de muita militância de direitos humanos, mas vivemos também numa sociedade onde a violação dos direitos humanos são frequentes dentro do poder público e na sociedade civil. O sistema prisional e o sistema socioeducativo respondem nacional e internacionalmente por incontáveis violações de direitos humanos. A violência e os assassinatos de jovens nas comunidades, em especial a juventude negra, as violações dos direitos dos povos originários tupiniquins e guaranis, contra as mulheres, a população LGBTQI+, pessoas com deficiência, Quilombolas. Pomeranos, população em situação de rua, pessoas idosas. São frequentes e quase nunca os agressores são denunciados e responsabilizados

O Grande desafio será efetivar uma rede de defesa dos direitos humanos que possa articular pessoas, instituições numa comunidade de agentes que previna, proteja, promova e repare as violações de direitos.

Nosso partido pode e deve ser um agente ativo e combativo, mas para isto é necessário que cada militante ou filiado se sinta uma pessoa que acredite e lute de maneira permanente para que os direitos humanos sejam conhecidos e reconhecidos e assegurados no dia a dia,

Devemos constituir coletivos diversos, e ter uma coordenação coletiva, que durante o período do mandato seja protagonista e ativista, visando fazer com que nosso partido assuma o papel de agente de mobilização, organização e denúncias.

Por uma política de direitos humanos onde todo o partido, suas instâncias e militância sejam ativistas e comprometidos com as lutas dos direitos humanos.

Um pouco da luta pelos Direitos Humanos no Estado do Espírito santo.

Para compreender a luta por direitos humanos no ES: precisamos resgatar alguns fatos ainda que mais recentes. A ditadura Militar civil e militar deixou marcas profundas em homens e mulheres capixabas, matou, sequestrou, torturou e desapareceu com vários capixabas, como foi o caso do Advogado Orlando Bonfim Filho desaparecido e que ainda hoje a família espera que o Estado Brasileiro entregue seu corpo para poder fazer o seu sepultamento.

Muitos outros casos são narrados no Livro “Memoria de uma Guerra Fria” e as Ditaduras não São Eternas.

Em 1928 a revolta Ecoporanga Cotaxé

20 de março de 1849 revolta de queimados na Serra

Na década de 60 deu início a implantação da Aracruz celular na região norte do ES com o apoio dos governos militares e segue até hoje com apoio das instituições e do poder público violando direitos do povo quilombola e com uso de violência e das forças estatais de segurança. Esses fatos foram narrados e muitas propostas feitas no documento chamado EIDH RIDH elaborado pelo CDDH da Serra entre 2010/2011

Na década de 1970 o Advogado militante Everton Montenegro Guimaraes escreveu um livro que denunciava existência de “Esquadrões da Morte atuando em nosso Estado

No final da década de 1980 foi criado no Brasil e com forte atuação na região Norte do ES, a UDR união democrática ruralista, formada por fazendeiros e combatia com violência aqueles que lutavam pela reforma Agraria, e na mesma época vários militantes dessa luta, vinculados aos sindicatos rurais e a luta pela terra foram barbaramente assassinados, Cito: Purinha, Léo como exemplo, no dia 23 de Dezembro 1989 foi assassinado o Padre Gabriel Roger Maire, no bairro Cobí em Vila Velha, nesse período o Ambientalista Paulo Vinha também teve sua vida ceifada no areal em Vila Velha.

Nesse período, também foi denunciado a existência de uma organização Chamada OPM Organização pena de morte que tinha como objetiva matar supostos “bandidos”

Em 1991 os meninos de rua se organizavam em todo o Brasil e aqui conhecemos um garoto Chamado Jean Alves da Cunha, que tinha facilidade de liderança na organização dos garotos e sendo eleito para participar de uma conferência nacional em Brasília, e para nossa tristeza poucos antes de viajar ele foi brutalmente assassinado a tiros em Vitoria.

Na época, vários meninos de rua foram assassinados em Vitoria, mas foi percebido que essa realidade se espalhava nas capitais brasileiras. O congresso nacional instituiu uma CPI que veio ao ES, verificar. e comprovaram que havia características de atuação de grupos de extermínio por aqui.

O ES, recebeu a visita do Papa Joao Paulo Segundo, que através do Arcebispo dom Silvestre recebeu um dossiê elaborado pela sociedade civil relatando a realidade vivenciada e apavorante que vivíamos

A campanha nacional contra a violência e a impunidade, desvela a Escuderie Lecoque e seu modus operante no documentário Confraria do crime

Em 1995 criamos o CEDH

Em 2001 iniciamos a campanha nacional contra a tortura

A campanha nacional contra a impunidade

A primeira forca tarefa – uma comissão que denunciou inclusive o secretário de segurança

Dois pedidos de intervenção federal

O primeiro foi no governo Zé Inácio feito pela OAB episódio Gaveteiro
O segundo feito pelo Sergio Salomão Shecaira, no período das Celas Metálicas em 2010

Em 2013 criamos o CEPET ES

Nesse período foram revelados e a infiltração do crime organizado nas estruturas de poder, notadamente no Legislativo, Executivo e Judiciário.

Em 2002 O Juiz da vara de execuções penais foi assassinado em Vila Velha

Em 1994, Nelson Mandela havia sido libertado do Cárcere e fazia uma caravana pelo mundo, buscando apoio e o fortalecimento da sua candidatura à presidência da África do Sul. O ES tinha acabado de eleger o seu primeiro governador negro, confesso que é inexplicável a emoção que senti ao vê-lo bem de perto desembarcando no Estádio Engenheiro Araripe.

Vivemos ainda 21 dias de greve da polícia Militar em fevereiro de 2017 que teve como consequência quase 200 homicídios em todo Estado

Destaco ainda que o último programa Estatal de segurança pública produzido e implementado com atribuições a todos os entes do Estado brasileiro em todos os níveis foi o PRONASCI. elaborado por volta de 2008 tinha uma abrangência nacional e com viés para a cidadania, direitos humanos e profissionais da segurança e a partir de 2011 deixou de existir por decisão do governo federal.

Para sermos justos é preciso registrar A luta da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitoria CJP. Essa entidade foi uma das mais antigas e fez parte das lutas do povo Brasileiro em favor da democracia e contra o estado de exceção e da ditadura militar, no enfrentamento aos esquadrões da morte na década de 70 no ES, no enfrentamento ao crime organizado e a extinção da lecoque.

Direitos Humanos é luta política militante

São muitas concepções de Direitos Humanos, mas a meu ver é preciso fazer a conjugação dos aspectos, éticos, jurídicos, políticos, filosóficos, poéticos e militante, para dar um novo sentido orgânico, leve e prazeroso a nossa luta.

Manifesto minha discordância com os defensores dos “Humanos Direitos”. Defendo a Universalidade, Exigibilidade, Judicialidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidades dos direitos Humanos como princípios e características.

Nos opomos a ideia de que existam os Humanos Direitos, os que pagam impostos estudam, não cometem atos infracionais, não cumprem medidas de privação de liberdade e não lhes faltam o básico. Para esta concepção os demais são os não direitos. Nesse momento essa definição passa a ser “Cidadão de bem”

Discordo também daqueles que pensam que a presença do Estado na nossa vida se dá com a presença e ação das forças armadas, a exemplo das chamadas “defesa Social” que adotam as mesmas práticas repressivas e violadoras.

A luta por direitos humanos não surgiu no Brasil nos últimos quinze e anos. É conquista da humanidade e nossos referenciais estão aí na história de Mandela que escrevia cartas na cadeia e sensibilizou o mundo contra o Apartheid e a segregação do povo negro em seu país.

Irmã Dorothy, Missionária Americana, assassinada defendendo a Amazônia e seu povo;

Chico Mendes, o Seringueiro, que certa vez teve uma inspiração e percebeu que era preciso convencer os índios, todos defendiam a natureza e o homem da floresta, e certa vez percebeu que para que o Mundo entendesse a luta dos seringueiros era necessário convencer que estavam defendendo a nossa floresta amazônica, e aí sua voz foi ouvida na ONU e proliferou em todo o planeta;

Mariele Franco, mulher, lésbica, negra, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, defensora dos direitos Humanos, marcadamente em defesa do povo negro, pobre e LGBTQIA+, e Lutava de forma contundente, contra o Estado penal, intervenção federal no Rio de Janeiro, contra o extermínio da juventude negra, o encarceramento em massa e a criminalização da pobreza, assassinada, em 2018 juntamente com o militante e motorista Anderson, quando saiu de uma atividade parlamentar na periferia da capital fluminense.

O ES de Augusto Ruschi, Everton Montenegro, Don Luiz Gonzaga Fernandes, Don João Batista da Motta e Albuquerque, Gean Alves da Cunha, Paulo Vinha, padre Gabriel e João Batista Herkenhof, cuja a sua literatura devemos recorrer sempre que o direito e ou o Sistema de Justiça nos decepcionar especialmente duas sentenças proferidas por ele quando era juiz de direito,

numa delas ele liberta do cárcere, pela condição de grávida e por essa condição ela e o bebê deveriam ser libertados do cárcere.

Na outra ele acolhe um pedido de “Habeas Corpus, escrito em um pedaço de papel usado para embrulhar pão;

Lula Rocha, jovem negro defensor de Direitos Humanos, referência para todos nós, cujo legado marcará todos nós;

Em homenagem a todas essas referências que devemos lutar todos os dias pela promoção, proteção, defesa, efetivação, reparação e realização dos Direitos Humanos no solo capixaba

Mas os Direitos humanos não nasceram ou foram criados agora

Por volta de 1.700 a.C. surgiu uma das primeiras e mais concretas manifestações do reconhecimento dos direitos humanos: Hamurabi, o então rei da Mesopotâmia, compilou um código escrito de leis.

O Código de Hamurabi, talhado em pedra, é um dos conjuntos de leis escritas mais antigos já encontrados, e pode ter sido o primeiro a prever direitos comuns a todos os homens, tais como a vida, a propriedade, a honra, a dignidade, a família e, principalmente, a supremacia das leis em relação aos governantes.

A revolução Francesa e as ideias Iluministas da Inconfidência Mineira.

Na II Conferência Internacional de Direitos Humanos de 1993 em Viena foi definitivamente legitimada a noção de indivisibilidade dos direitos humanos, cujos preceitos devem se aplicar tanto aos direitos civis e políticos quanto aos direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração de Viena também enfatiza os direitos de solidariedade, o direito à paz, o direito ao desenvolvimento e os direitos ambientais.

A II conferência reafirma como princípios a universalização dos Direitos humanos que garantam sua indivisibilidade, interdependência, transversalidade e intersetorialidade Além de considerar a democracia um valor supremo define a laicidade do Estado. São valores civilizatórios.

A conjugação dos aspectos éticos, filosóficos, poéticos, históricos, culturais, políticos e militância faz a gente chegar à conclusão de que a nossa utopia é concreta, transformadora e real.

A declaração universal de Direitos Humanos de 1948 em seu preambulo destaca o compromisso e a importância da Educação como Direito Humano Universal e no processo Civilizatório. Por isso mesmo, nossa conferência deverá exigir a erradicação do analfabetismo. O Brasil e o ES não podem permitir que pessoas permaneçam na escuridão do analfabetismo, mas para além disso arrancar o compromisso com a implementação do plano estadual de Educação iniciando já na tenra idade. Assumindo conosco o compromisso de construir uma cultura de valorização dos Direitos humanos

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como um ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universal e efetiva tanto entre as populações dos próprios Estados-membros como entre os povos dos territórios colocados sob a sua jurisdição. Razão pela qual é imprescindível a aplicabilidade e implementação do PEDH e do fortalecimento do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos.

A construção e a implementação do Programa Estadual de Direitos Humanos e do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos configuram-se como um marco histórico no fortalecimento dessa política no Estado do Espírito Santo, além de ser um norteador para a formação de uma sociedade que defenda e assegure os direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

Os dois documentos têm como base as suas respectivas versões nacionais, sendo extraídos os eixos e adaptados à realidade capixaba. O Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos possui cinco eixos formadores, para que os direitos humanos sejam ensinados e permaneçam sempre presentes na vida dos cidadãos. São eles: I- Educação Básica; II- Educação Superior; III Educação Não-Formal; IV- Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e V- Educação e Mídia.

Por sua vez, o Programa Estadual de Direitos Humanos segue outros seis eixos que atribuem ao documento os aspectos necessários à sociedade para o enfrentamento à violação dos Direitos Humanos: I- Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil; II - Desenvolvimento e Direitos Humanos; III

Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV- Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência e VI- Direito à Memória e à Verdade.

O PEDH É COMPOSTO POR: 808 Ações programáticas, 86 objetivos, 25 Diretrizes e 06 Eixos

O PEEDH É COMPOSTO POR: 118 Ações programáticas divididas em 5 Eixos Vale ressaltar que para além da construção do Programa e do Plano é preciso garantir a centralidade dos direitos humanos em todas as demais políticas e assegure todo o aporte necessário para concretizar as ações neles contidas.

O Programa Estadual de Direitos Humanos e o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos são documentos inovadores e que visam superar os modelos tradicionais de elaboração e implementação das políticas públicas, que o problema quase sempre vem do nascedouro e sua limitação está no fato de que nenhum projeto, em quaisquer esferas de governo, terá sucesso se alijar a sociedade civil de sua concepção, execução, planejamento monitoramento e avaliação. Diferente disso é apenas uma carta de intenções e ou peça publicitária com pouquíssima incidência positiva na vida das pessoas.

Para muito além de programas institucionais de recrudescimentos das forças estatais de segurança e ou o aumento de aparatos é preciso lembrar sempre que ao Estado cabe promover, prevenir, reparar, e garantir a efetivação e realização dos Direitos Humanos e que as políticas de Estado devem ser orientadas pelo respeito aos Direitos Humanos e compreendam que a violência é um fenômeno multicausal de variadas tipologias cometidas também pelo Estado e nos desafia a enfrentar o encarceramento em massa, o extermínio da juventude e em especial a negra, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a violência e o assassinato das mulheres dentre outros fenômenos, o Brasil é o segundo país com maior número de encarcerados do mundo.

Projetos com objetivos parecidos não podem ser deslocados das políticas sociais que visam à universalização dos Direitos humanos que garantam sua indivisibilidade, interdependência, transversalidade e intersetorialidade.

O conjunto de propostas contidas nos dois documentos são peças fundamentais para a construção de parâmetros concretos e civilizados, para apontarmos um novo horizonte onde as violações percebidas no passado não

se reproduzam no presente, e possamos inaugurar uma nova era pautada pelo fomento da cultura da paz e, principalmente, compreensão e solidariedade, e foram ratificados em audiências públicas e na conferência estadual de direitos humanos com a participação da sociedade civil e dos órgãos do Estado.

O Brasil inteiro se mobilizou exigindo a verdade sobre as graves violações de Direitos humanos e crimes praticados pela Ditadura Militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. O relatório final produzido pela Comissão Nacional da Verdade trouxe 29 recomendações que passaram a ser recomendações do Estado Brasileiro para todos os Órgãos Estatais e entes Federados, que também servirão de base para a conferência, dentre eles, os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais estão a crise hídrica que assola o País e atinge o estado, e a luta contra o Pó Preto é parte da luta política da sociedade capixaba, contidos na declaração Universal dos direitos humanos, que nos desafia a lutar pelo direito ao meio ambiente com o ar puro para respirar e água potável para o nosso uso e consumo.

O crime cometido pela Samarco, Vale e BHP não pode ser considerado um acidente, 17 vidas foram ceifadas, duas pessoas desapareceram, milhares de famílias foram atingidas e viram sua história, seus bens, suas casas sua identidade serem carregadas pela lama. A bacia hidrográfica e a biodiversidade do Rio Doce foram também assassinadas, um crime de dimensão Planetária.

Assistimos a anos as Entidades ambientais denunciando o Pó preto e suas consequências na vida dos moradores da grande Vitória, e a resposta é sempre ela “Estamos cumprindo a legislação Ambiental e os Pactos internacionais. Curiosamente quando a Polícia Federal mostrou a máquina de propriedade da Vale jogando Pó de Minério no mar em Vitória a empresa diz que “A areia preta que é vista na praia de Camburi é areia Monazítica.”

Assistimos a grande tragédia da descartabilidade da vida humana, manifesto no vertiginoso aumento do feminicídio, extermínio da juventude e, em especial negra e pobre e ao aumento da violência e assassinatos cometidos por agente do aparelho de segurança estatal, resultado dos duros ataques desferidos pelo presidente da república contra os direitos humanos e sua necropolítica em curso no país.

É preciso enfrentarmos o fenômeno da violência, construindo mecanismos que possibilitem o surgimento de uma cultura de paz com a erradicação da Tortura,

do trabalho escravo e, pautada na defesa da vida, no respeito a diversidade e aos direitos humanos.

O fortalecimento da luta pelos direitos humanos no Brasil e no Espírito Santo passa pela ampliação do compromisso da ação pública estatal com mecanismos fortes de comprometimento com a implementação das políticas públicas de direitos humanos e da maior presença da sociedade civil na sua elaboração implementação, fiscalização e controle.

O Grande desafio será efetivar uma rede de defesa dos direitos humanos que possa articular pessoas, instituições numa comunidade de agentes que previna, proteja, promova e repare as violações de direitos.

Nosso partido pode e deve ser um agente ativo e combativo, mas para isto é necessário que cada militante ou filiado se sinta uma pessoa que acredite e lute de maneira permanente para que os direitos humanos sejam conhecidos e reconhecidos e assegurados no dia a dia,

Devemos constituir coletivos diversos, e ter uma coordenação coletiva, que durante o período do mandato seja protagonista e ativista, visando fazer com que nosso partido assuma o papel de agente de mobilização, organização, denúncias.

Por uma política de direitos humanos onde todo o partido, suas instâncias e militância sejam ativistas e comprometidos com as lutas dos direitos humanos.

O Setorial de Direitos humanos do PT-ES deve ser um elo forte e catalizador, orientador e propositor da nossa direção e militância para a elaboração e implementação de propostas ousadas e exequíveis para o programa de governo para o Estado do Espírito Santo que apresentaremos a população capixaba no processo eleitoral e 2022.

Lutar pela implementação integral do Programa Estadual de Direitos Humanos. Implementar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos na Sua integralidade.

Resgatar o EIDH RIDH.

Apresentar e lutar por um projeto de desenvolvimento Econômico cuja sua baliza seja os DHESCAS.

Direitos humanos econômico, sociais, culturais e ambientais, tecnológicos que respeite a comunidade acadêmica e a ciência.

Lutar pela recuperação do Rio Doce, toda a sua biodiversidade, a fauna e a flora com a reparação dos danos ambientais e das pessoas atingidas pelo rompimento criminoso da Barragem de Mariana.

Vamos incidir fortemente para a construção e implementação de uma nova política de segurança pública que promova e que tenha como base a garantia dos direitos humanos e a construção de uma cultura de paz.

Vitoria ES, 10 de setembro de 2021,

Contribuição ao debate por

Perly Cipriano, Gilmar Ferreira de Oliveira e Eliézer Tavares